
**O GÊNERO DO DISCURSO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:
ENTRE O TEXTO E O DISCURSO**

Bianca Pedrosa Gonçalves (UFPB)¹
Maria Layana Andrade Parnaíba (URCA)²
Maria Nazareth De Lima Arrais (UFCG)³

Resumo: A construção de saberes no processo de ensino aprendizagem tem gradativamente passado por inúmeras mudanças. Uma destas é a demanda da inclusão dos gêneros discursivos na sala de aula, já que os processos interativos em todas as esferas da sociedade acontecem por meio desses enunciados. Por este viés, queremos saber como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acolhe a ideia de trabalho com a linguagem a partir dos gêneros discursivos. É com base nas normatizações desse documento que este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira o gênero do discurso está apresentado na BNCC (2018) na área de linguagens. Para isso, o presente artigo fundamenta-se na teoria sociointeracionista de Bakhtin (1998) e seu círculo, bem como nos estudos de Rojo (2005), considerando a BNCC (2018) como documento a ser analisado. Como metodologia, adota-se a pesquisa da análise do conteúdo de abordagem qualitativa. Como resultados, a análise evidenciou que a BNCC apresenta os gêneros discursivos com a preocupação na sua função comunicativa e nos domínios discursivos, mas em outros trechos, na mesma perspectiva da interação entre os sujeitos, são chamados de gêneros textuais, gêneros da vida cotidiana ou somente gêneros, o que pode causar uma confusão no leitor.

Palavras-chave: Gênero discursivo. BNCC. Texto.

**THE GENRE OF DISCOURSE IN THE COMMON NATIONAL CURRICULAR
BASE: BETWEEN TEXT AND DISCOURSE**

Abstract: The construction of knowledge in the teaching-learning process has gradually undergone numerous changes. One of these is the demand for the inclusion of discursive genres in the classroom, since interactive processes in all spheres of society occur through these statements. From this perspective, we want to know how the National Common Curricular Base (BNCC) embraces the idea of working with language based on discursive genres. It is based on the standards of this document that this work aims to analyze how the discourse genre is presented in the BNCC (2018) in the area of languages. To this end, this article is based on the socio-interactionist theory of Bakhtin (1998) and his circle, as well as on the studies of Rojo (2005), considering the BNCC (2018) as the document to be analyzed. As a methodology, the research of content analysis with a qualitative approach is adopted. As a result, the analysis showed that the BNCC presents discursive genres with a concern for their communicative function and discursive domains, but in other passages, from the same

¹ Mestranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, campus de Cajazeiras-PB.

² Mestranda em Letras pela Universidade Regional do Cariri. Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, campus de Cajazeiras-PB.

³ Possui Doutorado e Mestrado em Letras pela UFPB. É professora da Unidade Acadêmica de Letras do Centro de Formação de Professores - UFCG, e do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Letras – UFCG.

perspective of interaction between subjects, they are called textual genres, genres of everyday life or just genres, which can cause confusion in the reader.

Keywords: Discourse genre. BNCC. Text.

INTRODUÇÃO

As atividades humanas são realizadas através das inúmeras manifestações de linguagens que hoje são consideradas, sejam elas verbais ou não verbais. O uso das diferentes linguagens pode estar inserido em diferentes meios, por isso, estão presentes em todas as esferas comunicativas, logo, quem se apropria dela constitui-se como sujeito social. Em outras palavras, é por meio da linguagem que os interlocutores interagem socialmente.

Para concretizar o discurso dos sujeitos nas diferentes situações de comunicação, os gêneros discursivos (GDs) organizam os dizeres dos falantes, uma vez que é por meio deles que toda e qualquer linguagem ocorre. É importante que os GDs sejam trabalhados em sala de aula, visto que propiciam a comunicação humana, promovendo uma aproximação do contexto escolar e da realidade social de cada estudante. Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz diretrizes sobre o trabalho com os gêneros do discurso, como documento normatizador para a educação brasileira.

A BNCC é um forte aliado para o ensino de Linguagens, e aqui destacamos especificamente a Língua Portuguesa, principalmente no que se refere ao gênero do discurso, uma vez que parametriza o ensino dos professores e como eles devem trabalhar os textos para uma melhor desenvoltura dos alunos. Diante disso, este trabalho tem o objetivo de analisar como o gênero do discurso está apresentado na BNCC, considerando o conceito de texto como materialização do discurso e deste como o conteúdo materializado no texto.

Para alcançar esse objetivo, esta pesquisa ancora-se no sociointeracionismo de Bakhtin (1997), bem como nas considerações de Brait (2006), Marcuschi (2002) e no olhar pertinente de Rojo (2015) a respeito dos gêneros discursivos. Para colaborar com a análise do documento regimental, também buscamos as reflexões de Azevedo e Damaceno (2017), Batista (2018) e Dantas (2020).

A pesquisa ancora-se na análise do conteúdo que, segundo Moraes (1999), constitui-se como uma maneira de reinterpretar texto, atingindo uma semântica que ultrapassa a leitura superficial. Além disso, a pesquisa é de abordagem qualitativa, já que não se utiliza de dados

estatísticos como foco da problemática, mas busca analisar de que maneira os gêneros do discurso são apresentados na BNCC e se estão em coerência com a finalidade da concepção científica proposta pelos estudiosos da linguagem.

Ainda de acordo com Moraes (1999), uma análise do conteúdo vai além de uma leitura superficial e se preocupa em detalhar o que está sendo dito. Para além disso, foi realizada uma pesquisa na BNCC, especificamente na área de linguagens, com os seguintes descritores: *Gêneros discursivos, gêneros textuais e gêneros*, a fim de sistematizar a análise de como os GDs estão sendo definidos e organizados no documento.

Tratando-se de um documento normativo que se responsabiliza pela educação brasileira, todo trabalho que o envolve requer atenção. Nesse sentido, justifica-se a pertinência dessa discussão uma vez que tem a intenção de colaborar com a qualidade do ensino de linguagem na Educação Básica, com o olhar voltado para o documento parametrizador mais atual da educação brasileira.

Esta investigação se estrutura em três seções, visando uma leitura didática e propícia de reflexões: a primeira apresenta um aparato teórico sobre a diferença entre gêneros discursivos e gêneros textuais, enquanto a segunda discorre sobre BNCC, e a terceira realiza uma análise de como os gêneros discursivos são colocados na BNCC na área de linguagens.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO DISCURSIVO

O conceito de gêneros textuais e de gêneros discursivos tem concebido largos estudos, embora para muitos apresente-se como termos distintos para conceitos iguais. Tratando-se dessa peculiaridade, torna-se importante discutir os conceitos de ambos com base na premissa de que a teoria interacionista fundamenta os estudos relacionados ao texto.

Os gêneros do discurso, terminologia adotada por Bakhtin (1997), efetuam-se em forma de enunciados, sejam eles orais ou escritos. É por meio dos GDs que os falantes se comunicam, pois esses enunciados propiciam a interação entre os sujeitos, já que os GDs nascem das interações sociais e, portanto, funcionam como articuladores da interação. Sobre isto, Marcuschi (2010, p.19) afirma que “fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia.”

Na perspectiva de Bakhtin (1997, p.279), os gêneros discursivos acontecem nas interações sociais e “são tipos relativamente estáveis de enunciados” e ainda são

caracterizados pela presença do conteúdo temático, estilo e construção composicional. A este respeito, o conteúdo temático está relacionado ao tema do que está sendo dito, o estilo à escolha dos aspectos lexicais/gramaticais, e a construção composicional referindo-se à estruturação do texto. Esses três elementos são indissociáveis, por isso estão presentes caracterizando os gêneros do discurso.

No que diz respeito as concepções de gênero textual e gênero discursivo, Rojo (2005) admite a diferença dos termos. Segundo a estudiosa, os gêneros textuais estão atrelados a descrição da materialidade textual, enquanto os gêneros discursivos estão relacionados no estudo das situações de produção dos enunciados em seus aspectos sócio-históricos. Dessa maneira, a concepção que vem sendo adotada para os gêneros textuais diferencia-se daquela dos gêneros do discurso abordada por Bakhtin (1997). Verifica-se isso, segundo Rojo (2005), uma vez que não se concentra no aspecto discursivo, apenas na descrição textual e linguística.

É pertinente evidenciar que, embora acredite nessa distinção entre os gêneros textuais e discursivos, Rojo (2005) afirma que concebe gênero como forma de discurso, não como sequência textual ou forma. Quanto ao destaque feito aos termos, é perceptível a diferença adotada por Rojo (2005) quando a autora sintetiza com a seguinte afirmação:

Dito de outra maneira, aqueles que adotam a perspectiva dos gêneros do discurso partirão sempre de uma análise em detalhe dos aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor – isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua apreciação valorativa sobre seu(s) interlocutor(es) e tema(s) discursivos, e, a partir desta análise, buscarão as marcas linguísticas (formas do texto/enunciado e da língua – composição e estilo) que refletem, no enunciado/texto, esses aspectos da situação. [...] Assim, talvez o analista possa chegar a certas regularidades do gênero, mas estas serão devidas não às formas fixas da língua, mas às regularidades e similaridades das relações sociais numa esfera de comunicação específica (Rojo, 2005, p.199).

Dessa maneira, a concepção adotada por Rojo (2005) não se distancia totalmente da definição dada por Bakhtin (1997), como já fora mencionado anteriormente, é a teoria interacionista que fundamenta as concepções de gêneros textuais e discursivos. Isso ocorre porque ambos os conceitos partem da materialidade do discurso, pois é preciso que o objeto de análise, o texto, seja o foco do discurso em ambos os conceitos e a divisão só vai acontecer de acordo os estudos sociocomunicativos ou linguísticos. Assim sendo, as divergências começam a surgir quando apresentam diferentes releituras dos mesmos termos (Farias, 2010).

É importante ainda evidenciar, em ambas as vertentes, que os gêneros são classificados como primários ou secundários, como podemos verificar na seguinte afirmação:

Não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado. Importa, nesse ponto, levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero de discurso primário (simples) e o gênero de discurso secundário (complexo) (Bakhtin, 1988, p. 281).

De acordo com Bakhtin (1988), os gêneros são classificados como primários ou secundários de acordo com as esferas comunicativas que eles são utilizados, sendo uma mais espontânea (primária) e uma mais elaborada (secundária). Os primários são considerados menos estereotipados, como, por exemplo, o diálogo cotidiano, a carta, o bilhete etc. Já os gêneros secundários são considerados mais complexos, como o discurso ideológico, o teatro, etc. Contudo, apesar de classificar os gêneros de acordo com os campos da atividade humana, o intuito não é dividi-los como mais ou menos importantes, porque todos são essenciais para a comunicação entre os sujeitos.

Ao discorrer sobre gêneros discursivos e gêneros textuais, é importante dizer que eles se inserem em domínios discursivos, como dito por Marcuschi (2008), ou esferas, como dito por Bakhtin (1997). De acordo com Farias (2013, p.30), os domínios apresentam-se como “uma tendência que pode ser observada ao se usar o termo gênero para representar ou analisar não um texto, mas um conjunto de textos pertencentes à mesma esfera de atividade humana”. Em um primeiro momento entende-se por domínios discursivos da seguinte forma:

Usamos a expressão domínio discursivo para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc., já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles (Marcuschi, 2010, p.24).

Dessa maneira, compreende-se que a expressão “domínio discursivo” se refere a um espaço/âmbito de onde se origina um conjunto de textos que pertencem a uma mesma comunidade, que podem ser o acadêmico, jornalístico, religioso etc. Esses discursos específicos nascem da necessidade de comunicação que cada esfera apresenta.

Observa-se que os gêneros do discurso são essenciais para a concretização do discurso dos sujeitos, por isso não podem se distanciar da esfera escolar. É nesse sentido que a BNCC (2018) apresenta, na área de linguagens, a normatização para o trabalho com gêneros do discurso.

2 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A ÁREA DE LINGUAGENS

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento que passou por várias atualizações e mudanças, desde quando começou a ser elaborada em 2015 até ser aprovada pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) e homologada pelo Ministério da Educação (MEC), sendo publicado a sua versão final em 2018. A Base foi formulada por profissionais de todas as áreas do conhecimento e recebeu novas ideias quando passou por audiência nas cinco regiões do Brasil. Dessa maneira, a BNCC é o documento que normatiza a educação do Brasil e organiza os conhecimentos que devem ser construídos ao longo de todo o Ensino Básico, atentando para competências e habilidades que os alunos devem desenvolver.

A BNCC garante direito ao desenvolvimento e a aprendizagem de todos os estudantes e “[...] define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da educação básica” (BRASIL, 2018, p.7). Esse documento afirma que tem como objetivo promover a igualdade social e a inclusão para que possamos formar uma sociedade justa, igualitária, democrática e inclusiva. Surge como uma proposta moderna e em compasso com a sociedade atual, visando a homogeneidade na educação nos ensinos infantil, fundamental e médio. Vejamos o que podemos encontrar no corpo de seu texto:

A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá (Brasil, 2018, p. 5).

As escolas elaboram seus currículos de acordo com a realidade de cada região, de cada unidade escolar, respeitando as comunidades. Mas, as diretrizes são comuns a toda a educação, uma vez que existia a necessidade de uma Base para o alinhamento de normatizações para a educação brasileira. Sendo assim, as competências, por consequência, serão comuns a todos os estudantes. Ou seja, pressupõe-se que todos os alunos devem adquirir as competências que são apresentadas na BNCC nos três níveis de ensino, já que as exigências são as mesmas.

Nesse contexto, no que diz respeito à estrutura, a BNCC:

está estruturada de modo a explicitar as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes (Brasil, 2018, p.23).

Em vista disso, na educação infantil são apresentados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como os campos de experiências e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Já na etapa do ensino fundamental e ensino médio são expostos, em um primeiro momento, as áreas de conhecimento e as competências específicas de cada área. Nesse nível, os componentes curriculares e as competências específicas também fazem parte de sua estrutura, o que leva aos anos iniciais (1º ao 5º ano) para as unidades temáticas, objetivos de conhecimento e habilidades, o mesmo acontece nos anos finais. (6º ao 9º ano). No ensino médio são colocadas as competências e os itinerários que servem como uma flexibilização da organização curricular e possibilitam aos estudantes escolherem por afinidade aquelas áreas que mais os interessam.

Com base na estrutura apresentada, a área de linguagens nos anos iniciais é composta pelos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Arte e Educação Física e nos anos finais é incluída a disciplina de Língua Inglesa. Diante disso, a BNCC esclarece que o objetivo da área de linguagens é:

[...] possibilitar aos estudantes participarem de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre linguagens, em continuidade as experiências vivias na Educação Infantil (Brasil,2018, p. 63).

É percebido o intuito de uma apropriação por parte dos estudantes das mais inúmeras possibilidades de linguagens. No que se refere aos anos iniciais, esses, estão voltados para o processo de alfabetização, compreendendo que a leitura e a escrita ampliam as possibilidades de construção de conhecimento e os inserem na cultura letrada (BNCC,2018). Portanto, os anos iniciais possibilitam que os estudantes tenham seus primeiros contatos com as mais variadas linguagens, mas é somente nos anos finais que há um aprofundamento das aprendizagens do Ensino Fundamental I e a inclusão do componente de língua inglesa. É nesse momento de aprendizagem que a BNCC (2018) comenta sobre a diversificação dos contextos e como eles possibilitam o aprofundamento de práticas de linguagem, sejam elas artísticas, corporais e linguísticas, compreende, ainda, ser um momento propício para o

aprofundamento da reflexão crítica dos alunos.

Na etapa do ensino médio, a área de linguagens busca uma ampliação daquilo proposto para o ensino fundamental. Além disso, nesse momento, a BNCC (2018) afirma que o ensino médio tem

[...] responsabilidade de propiciar oportunidades para **a consolidação e ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens** – artísticas, corporais e verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) -que são objeto de seus diferentes componentes (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa) (Brasil, 2018, p. 482).

O ensino médio, segundo a BNCC (2018), abre portas não somente para o ambiente escolar, mas também para as esferas em que os estudantes podem escolher após a educação básica, seja o contexto da universidade ou do mundo do trabalho. De todo modo, as habilidades de uso da linguagem precisam ser ampliadas para que os alunos consigam usá-la nas situações de comunicação.

Entende-se, então, que a BNCC trabalha competências gerais e específicas durante todos os anos do Ensino Básico porque visa que as crianças e adolescentes saiam das escolas com habilidades de lidar com os problemas do cotidiano, ser comunicativos, ter autonomia para tomar decisões, ser responsáveis, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

É importante destacar que a BNCC apresenta, como dito na estrutura, todos os componentes curriculares para a formação básica, mas que neste trabalho é destacado apenas a área de linguagens. Apresentado a concepção de gêneros discursivos e a BNCC, a próxima seção se preocupará em analisar se a concepção de gênero do discurso está coerente com sua real finalidade.

3 GÊNEROS DISCURSIVOS E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Recorrendo aos descritores *Gêneros discursivos*, *gêneros textuais* e *gêneros*, observamos que, em um primeiro momento, na apresentação do componente Língua Portuguesa, é reiterada a presença da centralidade no texto desde os Parâmetros Curriculares Nacionais e, por isso, menciona que o documento se fundamenta, também, em concepções e conceitos “[...] tais como práticas de linguagem, discurso e gêneros discursivos/gêneros

textuais, esferas/campos de circulação dos discursos” (Brasil, 2018, p. 67). Vale destacar, com base nesse fragmento, que são colocadas ambas as nomenclaturas, gêneros discursivos/textuais, mas não é feita nenhuma colocação e nem diferenciação a respeito delas, o mesmo acontece com esferas/campos. Confirmando o exposto, a BNCC faz a seguinte colocação:

Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um **gênero discursivo** que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem. Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas (Brasil, 2018, p. 67, grifo nosso).

A BNCC utiliza-se dos gêneros discursivos como mobilizadores da escrita, leitura, produção e tratamento das linguagens e, por duas vezes, valida seu aparecimento em uma esfera social. Por sua vez, no Ensino Fundamental, a BNCC reflete a ampliação da linguagem dos estudantes através da leitura e escrita, estas mobilizadas através dos gêneros discursivos. Mas, ao tempo que apresenta, como posto anteriormente, as nomenclaturas de gêneros discursivos e textuais, percebe-se que há uma confusão em relação a diferença entre ambos em trechos seguintes, como pode ser verificado:

No componente Língua Portuguesa, amplia-se o contato dos estudantes com **gêneros textuais** relacionados a vários campos de atuação e a várias disciplinas, partindo-se de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens para a ampliação dessas práticas, em direção a novas experiências (Brasil, 2018, p. 136, grifo nosso).

Torna-se confusa a maneira como colocada nesse fragmento a ideia de gêneros textuais, pois, foi tratado anteriormente, que as práticas de linguagem são relacionadas aos gêneros do discurso e, nessa citação da BNCC, essas práticas são relacionadas aos gêneros textuais, o que parece destoar da proposta do documento da forma que foi apresentado na página 67.

Além disso, exemplificando gêneros textuais, a BNCC apresenta: “agendas, listas, bilhetes, recados, avisos, convites, cartas, cardápios, diários, receitas, regras de jogos e brincadeiras”, o que pode causar certa confusão aos profissionais em formação continuada.

Vejamos a seguinte citação:

Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, próprias de atividades vivenciadas cotidianamente por crianças, adolescentes, jovens e adultos, no espaço doméstico e familiar, escolar, cultural e profissional. Alguns **gêneros textuais** deste campo: agendas, listas, bilhetes, recados, avisos, convites, cartas, cardápios, diários, receitas, regras de jogos e brincadeiras (Brasil 2018, p. 118, grifo nosso).

A própria citação já inicia refletindo sobre as inúmeras atividades vivenciadas cotidianamente pelas pessoas, logo, infere-se que os exemplos citados tratam-se de gêneros discursivos, e de fato, os bilhetes, as cartas e as brincadeiras, precisam ser trabalhados não apenas a materialidade, mas também como atividade comunicativa entre os sujeitos.

Essa confusão não é feita quando a BNCC cita alguns exemplos de gêneros do discurso. Além disso, identifica ainda que se trata de “gêneros do discurso oral”, o que é plausível, uma vez que o professor poderá trabalhar os gêneros da oralidade percebendo a importância e o quanto eles estão presentes cotidianamente, o que, certamente, não acontece no trato com gêneros textuais como sendo gêneros discursivos. Tal afirmação poderá ser validada no seguinte trecho:

Identificar **gêneros do discurso oral**, utilizados em diferentes situações e contextos comunicativos, e suas características linguístico-expressivas e composicionais (conversação espontânea, conversação telefônica, entrevistas pessoais, entrevistas no rádio ou na TV, debate, noticiário de rádio e TV, narração de jogos esportivos no rádio e TV, aula, debate etc.) (Brasil, 2018, p. 113, grifo nosso).

A BNCC sempre aponta habilidades para serem desenvolvidas sobre a circulação dos gêneros do discurso, preocupando-se com o estilo, conteúdo temático e construção composicional, características essas que foram apontadas por Bakhtin (1997) como as principais para os GDs, mais uma vez ressaltando a diferença entre textuais e discursivos, quando os separa em relação às características e funções. Vejamos:

Analisar a circulação dos **gêneros do discurso** nos diferentes campos de atividade, seus usos e funções relacionados com as atividades típicas do campo, seus diferentes agentes, os interesses em jogo e as práticas de linguagem em circulação e as relações de determinação desses elementos sobre a construção composicional, as marcas linguísticas ligadas ao estilo e o conteúdo temático dos gêneros (Brasil, 2018, p. 72, grifo nosso).

Cabe destacar, ainda no contexto de exemplificações sem que haja nenhuma

diferenciação de gêneros do discurso e de gêneros textuais, a seguinte citação:

Essas habilidades mais gerais envolvem o domínio contextualizado de **gêneros** já considerados em outras esferas – como discussão oral, debate, palestra, apresentação oral, notícia, reportagem, artigo de opinião, cartaz, spot, propaganda (de campanhas variadas, nesse campo inclusive de campanhas políticas) – e de outros, como estatuto, regimento, projeto cultural, carta aberta, carta de solicitação, carta de reclamação, abaixo-assinado, petição on-line, requerimento, turno de fala em assembleia, tomada de turno em reuniões, edital, proposta, ata, parecer, enquete, relatório etc., os quais supõem o reconhecimento de sua função social, a análise da forma como se organizam e dos recursos e elementos linguísticos e das demais semioses envolvidos na tessitura de **textos pertencentes a esses gêneros** (Brasil, 2018, p. 147, grifos nossos).

Como se trata de um documento base do trabalho com a linguagem na educação básica, a colocação da palavra *gênero* sem adjetivação se torna complicado, considerando que temos uma palavra polissêmica e que, além disso, as acepções voltam-se a temas polêmicos e necessários de discussões específicas. O mais adequado seria se indicasse de qual tipo de gênero está tratando. Vejamos outros exemplos:

As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos **gêneros** e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir (Brasil, 2018, p. 68, grifo nosso).

Não se trata de deixar de privilegiar o escrito/impresso nem de deixar de considerar **gêneros** e práticas consagrados pela escola, tais como notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto, verbete de enciclopédia, artigo de divulgação científica etc., próprios do letramento da letra e do impresso, mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais (Brasil, 2018, p. 69, grifo nosso).

Além de somente apresentar a palavra “gêneros” sem nenhuma adjetivação se é discursivo ou textual, é feita uma listagem de gêneros consagrados pela escola e essencialmente impressos, e, na verdade, muitos dos exemplos são do cotidiano dos alunos, como as tirinhas; charges; reportagem; notícias. Além disso, quando os gêneros discursivos ou os gêneros textuais são chamados apenas de “gêneros”, o sujeito que estiver lendo a BNCC tem um leque de possibilidades e interpretações, o que não é o objetivo do documento, devendo ser muito claro quanto ao que o professor deve entender.

Em alguns trechos, a BNCC chama tanto os gêneros textuais quanto os gêneros do discurso de “gêneros do campo da vida cotidiana”, de acordo com a proposta da teoria dos gêneros discursivos. Tais enunciados, preocupados com a organização e à finalidade, está

apresentado da seguinte maneira:

Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor ou já com certa autonomia, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem (digitais ou impressos), dentre outros **gêneros do campo da vida cotidiana**, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade (Brasil, 2018, p. 103, grifos nossos).

Sabendo que os gêneros do discurso são os que os interlocutores utilizam no dia a dia para se comunicar nas mais diversas esferas sociais, a BNCC os traz da seguinte forma, também os chamando de “gêneros do campo da vida cotidiana”:

Planejar e produzir cartas pessoais e diários, com expressão de sentimentos e opiniões, dentre outros **gêneros do campo da vida cotidiana**, de acordo com as convenções dos gêneros carta e diário e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto (Brasil, 2018, p. 121, grifos nossos).

Na página 87, a BNCC inicia um parágrafo se referindo ao discurso – logo aos gêneros discursivos – e finaliza o parágrafo comentando a respeito da produção de diferentes gêneros textuais. Para o professor, se deparar com dois contextos tão divergentes em uma mesma colocação sem nenhum tipo de explicação ou ao menos, uma tentativa de relação, torna-se cada vez mais confuso. Para nós, entendemos que no contexto da análise linguística, o olhar volta-se mesmo ao texto, mas isso ficaria mais claro se fosse esclarecido.

Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes **gêneros textuais** (Brasil 2018, p. 89, grifos nossos).

Como sendo um parágrafo muito importante da área de Linguagens, que fala sobre os Eixos da aprendizagem (Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escrita e Produção de Textos), é importante que os conceitos de gênero textual e gênero discurso sejam bem esclarecidos. Para professores que estão familiarizados com a diferença e usam ambos como as duas nomenclaturas, não tem problemas porque sabem quem esses enunciados devem ser

trabalhados nas duas direções. Mas, para os professores não familiarizados, o desconhecimento prevalece e isso é um risco na sala de aula.

Fazendo um agrupamento de trechos menos complexos, é perceptível a BNCC ora se preocupa na diferenciação entre gêneros textuais e gêneros discursivos e ora não. Se tratando de adequação, percebe-se que nos trechos seguintes todos estão de acordo com que dito por Bakhtin (1987) e por Rojo (2005), principalmente Rojo (2005), já que apresenta os gêneros textuais aproximando-se da materialidade do texto.

Relacionar o texto com suas condições de produção, seu contexto sócio-histórico de circulação e com os projetos de dizer: leitor e leitura previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas em jogo, papel social do autor, época, **gênero do discurso** e esfera/campo em questão etc. (Brasil, 2018, p. 72, grifos nossos).

Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao **gênero do discurso/gênero textual** (Brasil, 2018, p. 87, grifos nossos).

(EF35LP09) Organizar o texto em unidades de sentido, dividindo-o em parágrafos segundo as normas gráficas e de acordo com as características do **gênero textual** (Brasil, 2018, p. 113, grifos nossos).

(EF67LP36) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão referencial (léxica e pronominal) e sequencial e outros recursos expressivos adequados ao **gênero textual** (Brasil, 2018, p. 175, grifo nosso).

(EF08LP14) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão sequencial (articuladores) e referencial (léxica e pronominal), construções passivas e impessoais, discurso direto e indireto e outros recursos expressivos **adequados ao gênero textual** (Brasil, 2018, p. 191, grifo nosso).

Apesar de a BNCC ter sido escrita por especialistas e essa diferenciação entre gêneros textuais e gêneros discursivos não ser recente, feitas inclusive antes da publicação do documento oficial em 2018, e ainda mais, antes da publicação dos PCN, percebe-se certa confusão nos textos destacados. É um documento público, voltado para professores da educação que são especializados em suas áreas, incoerências constantes como essas podem causar a descredibilização por alguns professores e tornar-se, apesar de obrigatório, mais difícil o seu aceite por alguns docentes.

Além disso, este não é o único problema que esta presente na BNCC, vejamos que diz Azevedo e Dasmaceno (2020, p. 91) sobre as consequências destas lacunas conceituais:

Parece-nos demasiadamente grave a imprecisão conceitual, associada à restrição dos objetivos e à falta de orientação específica para pontos essenciais do processo de ensino-aprendizagem, pois essas lacunas podem gerar nos professores,

especialmente os que trabalham nos anos iniciais, dúvidas variadas.

Isso significa dizer que os problemas que estão presentes no documento afetam diretamente o trabalho do professor e que as consequências disso, pode ocasionar desfasamento no processo de ensino, já que os docentes perdem a oportunidade de consultar documentos que corroboram para a construção de conhecimentos que são necessários para a docência.

Desse modo, ainda na perspectiva de Azevedo e Damasceno (2020, p. 89) “as limitações conceituais permanecem na BNCC (2018), assim como apresentações simplificadas do trabalho que pode ser realizado, o que não colabora com o trabalho do professor que pode estar pouco familiarizado com os termos”. Isso contribui para as problemáticas que já foram citadas neste trabalho, principalmente aquelas que dizem respeito as vivencias do cotidiano do professor em sala de aula, uma vez que estamos falando de um documento que deve normatizar/nortear o processo de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com a linguagem em sala de aula, desde os Parâmetros Curriculares Nacionais, é realizado a partir dos gêneros textuais/discursivos, e como um documento normatizador da educação brasileira, seria importante a BNCC apresentar de forma clara e objetiva todas as informações necessárias para que sejam desenvolvidas as competências e habilidades de cada aluno.

Os gêneros textuais/discursivos caracterizam-se por seu estilo, conteúdo temático e construção composicional, além de poderem ser gêneros primários e secundários. Eles moldam as interações, e por isso não devem se distanciar do contexto de sala de aula, uma vez que se apresentam em todas as situações de comunicação. No entanto, alguns autores trabalham com a diferença entre gêneros textuais e gêneros discursivos, essas divergências de olhares muitas vezes são desconhecidas pelos professores da Educação Básica.

Já que tanto os gêneros textuais quanto os gêneros discursivos são primordiais para a comunicação, esse trabalho se preocupou em analisar de que maneira os gêneros discursivos estão presentes na BNCC, se mais para a concepção de texto ou de discurso. Nesse sentido, a análise evidencia que, embora, poucas vezes apresente os gêneros discursivos aproximando-os da concepção de discurso, o que predomina é a ideia de texto, gerando certa confusão, uma

vez que ora é empregado gênero textual ora gênero do discurso, e em alguns trechos são chamados apenas de gêneros e em outros, ainda, são referidos como “gêneros da vida cotidiana”.

Contudo, uma das maiores preocupações relativo a essas divergências, é que o professor que esteja procurando na BNCC as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, não consiga compreender o porquê de tanta nomenclatura, e isso acabe dificultando a compreensão do docente.

Cabe mencionar que a BNCC é um documento abrangente, e que pode ser analisado por diferentes vertentes, por isso, esse trabalho é um norte para futuras pesquisas, não esgotando as possibilidades de pesquisas sobre o tema aqui proposto. É importante que a BNCC seja vista de todas as maneiras possíveis, uma vez que parametriza a Educação Básica Brasileira, e, portanto, deveria apresentar clarezas, que, influenciam diretamente na atuação do professor e conseqüentemente causa organização na educação básica do país.

Referências

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; DAMACENO, Taysa Mercia dos S. Souza. DESAFIOS DO BNCC EM TORNO DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão, n. 7, p. 83–92, 2017. DOI: 10.32748/revec.v0i7.6557. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/6557>. Acesso em: 10 out. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês MARIA ERMANTINA GALVÃO G. PEREIRA. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 261-306.

BATISTA, Luiz Eduardo Mendes. A concepção de prática social por meio da apropriação de gêneros discursivos em documentos nacionais: dos PCN à BNCC. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 18, n. 3, 2018, p. 109-126. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/article/view/1166/pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

FARIAS, Sandra Aparecida Lima Silveira. O conceito de gênero textual e gênero discursivo. Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2013. Disponível em: http://www.lem.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestoes_leitura/sandrafarias.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M.A. (Org.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In.: MEURER, J.L., BONINI, A. e MOTTA-ROTH, D. (Orgs). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.